



MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · N. 24 · 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1991 · Cr\$ 150,00

É NECESSÁRIO ORGANIZAR UMA FRENTE DE MASSA CONTRA O DESEMPREGO, A CARESTIA E A DESESTATIZAÇÃO

A grande maioria da classe trabalhadora está sendo duramente sacrificada pela política antinacional e antipopular de Collor. A recessão vem provocando demissões em massa em todos os setores da produção. E tudo indica que a tendência é de agravar o estado da situação.

Além do desemprego em massa, suportamos a violenta alta do custo de vida, que somente em um mês alcançou 36%. O salário mínimo de 42 mil não dá nem para cobrir o custo da cesta básica. Os capitalistas descarregam todo o peso da crise sobre as massas para proteger seus mesquinhos interesses.

As indústrias são sucateadas, o mercado interno diminui cada vez mais e a produção agrícola continua em baixa. Estas são as consequências da política recessiva e entreguista de Collor, que sacrifica a economia nacional e a vida dos brasileiros para atender às exigências do capital estrangeiro (imperialismo).

A cada negociação com o FMI o governo avança com as medidas neoliberais de abertura das fronteiras nacionais e de aumento da super-exploração sobre os assalariados. A maioria dos brasileiros é sacrificada para pagar os juros da dívida externa e proteger os interesses das multinacionais.

Diante desse quadro desesperador para a vida dos assalariados, coloca-se como um dever das correntes que se reivindicam do movimento operário construir um amplo movimento de massa contra o desemprego, a carestia e a desnacionalização. A maioria dessas correntes está mais preocupada com as próximas eleições do que com a defesa das condições de vida das massas contra a ofensiva capitalista. Chamamos a que se reverta essa posição a favor da ação direta dos trabalhadores e se lance a formar comitês de luta. Que se aprove um plano de ação com atos políticos, manifestações, greves, ocupações e marchas contra a miséria, o desemprego e a entrega nacional.

**Abaixo a Carestia e o Desemprego !
Fim das Privatizações !
Em Defesa da Vida dos Trabalhadores !**

**Campanha contra
a perseguição política
a Guillermo Lora
Defender Lora
é defender a
Revolução Proletária**

Participe da campanha contra a tentativa de prisão do dirigente do POR boliviano. Ajude a coletar abaixo assinados, denuncie através de seu sindicato, associação de bairro, etc

**FORA COLLOR !
GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO !
NÃO PAGAR A DÍVIDA ! FORA O IMPERIALISMO !
POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONES !**

A atualidade do Manifesto Comunista

1a. parte: A LUTA DE CLASSES

O Manifesto foi escrito pelos socialistas Marx e Engels como programa para associação operária internacional, Liga dos Comunistas. Trata-se de um programa partidário, que estabelece as bases teóricas e práticas da revolução operária, anticapitalista. Em fins de 1847 foi redigido e em fevereiro de 1848 estava pronto para publicação. Este primeiro programa do partido marxista ganhou rapidamente o ódio mundial da burguesia, porém foi recebido com entusiasmo pela vanguarda revolucionária de vários países. Até hoje mantém sua atualidade.

O Manifesto Comunista expõe cientificamente as leis de desenvolvimento da economia capitalista, analisa suas contradições originadas da exploração do trabalho, verifica o esgotamento histórico do sistema econômico baseado na propriedade capitalista dos meios de produção e demonstra que o proletariado se constitui na classe revolucionária, que irá destruir a exploração do homem pelo homem.

Inicia afirmando: "A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes". Desta forma, conclui que o proletariado travará constantemente a luta de classes contra os capitalistas, se constituindo na base de seu método de ação. As posições do Manifesto se opõem completamente à conciliação de classe, que significa manter a exploração do trabalho.

A luta de classes tem origem nas relações de produção. Os operários vendem sua força de trabalho para ser explorada pelos capitalistas. Para a obtenção de grandes lucros, os assalariados são levados à miséria extrema. Assim diz o Manifesto: "O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo dentro de sua própria classe. O trabalhador cai na miséria e esta cresce mais rapidamente que a população e a riqueza." Eis a fonte da luta de classes.

Os adversários do marxismo combatem o princípio da luta de classes, porque através dela as massas trabalhadoras descobrem sua poderosa força revolucionária e constroem seus organismos de poder contra o Estado capitalista.

O princípio do Manifesto de que "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" se baseia na descoberta de que cada vez mais o capitalismo se desagregará em crises e que a luta de classes se agudizará, levando o proletariado a compreender a necessidade histórica de tomar o poder da burguesia para pôr fim ao velho sistema de exploração.

Nas condições atuais em que as massas já não têm como sobreviver sob tamanha opressão social (fome, desemprego, desabrigo), a luta de classes tende a evoluir para a luta revolucionária anticapitalista.

O PARTIDO E A ESTRATÉGIA

O marxismo tem por suposto que sem o partido operário revolucionário não poderá haver a transformação histórica do capitalismo em socialismo. O partido é o portador do programa de expropriação da burguesia e mudança do caráter privado da propriedade dos meios de produção (indústrias, terras, etc) em propriedade coletiva, socialista. Este programa advém do amplo conhecimento da realidade do país e de sua inter-relação mundial. Sem o programa não existirá o partido revolucionário, que se constrói no desenvolvimento da luta de classes. É parte fundamental dele a estratégia, ou seja, o objetivo histórico. Um partido se constrói para chegar ao poder do Estado. É neste ponto que reside a estratégia do programa.

No Manifesto Comunista, se assinala: "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado". Mais tarde, com a experiência das lutas revolucionárias de 1848/50 na França e com a Comuna de Paris em 1871, em que os operários chegaram ao poder mas não puderam conservá-lo, Marx irá aperfeiçoar o conteúdo estratégico. A conquista do poder político só poderá triunfar com o estabelecimento da ditadura do proletariado.

Esta conclusão advém da maior compreensão da natureza do Estado capitalista, como sendo um instrumento para o exercício da ditadura capitalista sobre a grande maioria. Compreende-se assim que a revolução implica na transformação da natureza do Estado. O Estado Capitalista terá de ser destruído como máquina de opressão, voltada a sustentar o regime de exploração do trabalho. A condição do proletariado se tornar classe dominante, dirigente da economia, está em substituir o Estado burguês pelo Estado operário. Eis o conteúdo histórico da ditadura proletária, que é de classe, ou seja, da maioria contra a minoria exploradora.

Lênin, no "Estado e Revolução", irá avançar a concepção marxista: "O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classe, em geral, não só ao PROLETARIADO vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o PERÍODO HISTÓRICO que separa o capitalismo da "Sociedade sem classes" do comunismo. As formas dos Estados burgueses são as mais variadas, mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à DITADURA DA BURGUESIA. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variáveis, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: A DITADURA DO PROLETARIADO".

Os reformistas rejeitam esta formulação porque se apoiam na estratégia democrático burguesa, que na sua essência é a da manutenção da ditadura capitalista. E os esquerdistas centristas passam ao largo dela, desprezam-na em nome de uma política conjuntural. Ao contrário, os marxistas têm a estratégia histórica da ditadura proletária como a essência da construção do programa, do partido.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

PARLAMENTARISMO E CRISE POLÍTICA

A aprovação no primeiro turno de votação do Senado da emenda que antecipava para abril de 92 o plebiscito sobre a implantação do parlamentarismo e sua rejeição no segundo turno demonstraram a confusão nas fileiras dos partidos burgueses e do governo. Este resultado sobreveio da quebra de um acordo de Collor com os parlamentaristas, encabeçados pelo PSDB. A mudança de opinião, na última hora, foi justificada pelo Ministro da Justiça, Jaçob Passarinho, como necessária para se evitar a tentação de dar um golpe no governo Collor, modificando ainda no seu mandato a forma de regime. O alibi recaiu sobre o PT (CUT), que na primeira votação negou a antecipação explicando que poderia haver crise institucional, e que em seguida mudou de posição levantando a bandeira de "parlamentarismo já". O fato é que a simples proposição de antecipar o plebiscito, que seria somente em 7 de setembro de 1993, é o resultado do avanço da crise do regime político. Em pouco tempo, o governo Collor se mostrou incapaz de conter as tendências de desagregação do estado. Os regimes militares anteriores impuseram à força (ditadura militar) a centralização do poder, abafando a luta de classes que se desenvolvia e disciplinando os choques internos da burguesia, que produziram o débil governo de João Goulart. A substituição da ditadura por um regime pseudodemocrático foi um imperativo da crise econômica, que já não permitia assegurar os choques de classe.

A quebra da centralização ditatorial não pôde ser substituída por uma centralização democrática burguesa, em que o governo estável mantém a ordem e administra os conflitos apoiado na fração mais poderosa do capital. Collor é um governo que se escora em grande medida no imperialismo e em certos setores parasitários da oligarquia nordestina.

A sua linha de quebra de forças produtivas (recessão, desemprego) e abertura total ao capital estrangeiro não pôde encontrar franco respaldo em nenhuma força dominante da burguesia interna, que se encontra dividida

e impotente para solucionar a crise estrutural do capitalismo, de âmbito mundial. Prematuramente, Collor se revelou impossibilitado para aglutinar as forças burguesas e voltá-las coesamente contra as massas. Não só vem perdendo o controle dos comandos da economia, embora tenha obtido uma grande vitória com as privatizações, como afundando nas denúncias de corrupção, que começaram a atingir as Forças Armadas.

A divisão entre parlamentaristas e presidencialistas é fruto da quebra de centralização e crise do regime político. Os parlamentaristas aproveitam esta variante de sua tentação do regime semidemocrático, pelo fato de considerar a melhor forma dos choques burgueses não resultarem em desabamento do poder central, que poderia facilitar o avanço da luta da classe operária num futuro próximo. Entretanto, longe de se constituir numa solução para a crise de regime, é fruto justamente da enorme instabilidade governamental, condicionada pelo choque do Estado contra as forças produtivas nacionais e pelo desenvolvimento da luta de classe.

A burguesia dividida pode se dar ao luxo de manter o quadro instável pelo fato de contar com o freio imposto ao movimento operário e às massas pelos reformistas do PT e, principalmente, pela burocracia sindical, que se arrasta por detrás da política burguesa. O que evidencia o peso histórico da ausência do partido revolucionário, que poderia impulsionar a ação das massas.

A luta revolucionária consiste em defender a independência dos trabalhadores frente às variantes do regime burguês e às manobras dos partidos patronais. A tarefa é a de chamar a luta direta e nacional dos explorados contra o governo antinacional e antipopular, tendo por base suas reivindicações mais elementares. Por essa via, é possível dar um importante passo na construção do partido operário revolucionário, que tem por estratégia a implantação do governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

O que refletiu o locaute dos prefeitos?

A chamada greve dos prefeitos, que paralisou por alguns dias inúmeros municípios de São Paulo, se voltou contra a medida do Emendão que reduz em US\$ 3 bilhões os recursos federais e estaduais destinados aos municípios. Em média, se calcula que perderão cerca de 20% de suas receitas. Sob a ditadura militar, os municípios recebiam uma insignificante parcela, o que os mantinha em estado de semifalência e prejudicava o exercício da política burguesa dos prefeitos. Com a mudança constitucional de 87, se aumentou o orçamento municipal, em nome de maior autonomia, refletindo principalmente a influência da política peemedebista.

O corte proposto no Emendão faz retroceder à situação próxima da época ditatorial. Segundo os prefeitos, isso significará corte de obras e demissão em massa de funcionários e atraso salarial. Ou seja, as massas arcarão com a quebra orçamentária.

A iniciativa de Collor advém da exigência do Imperialismo (acordo com o FMI) de cortar o déficit público, para que possa pagar a dívida externa. Sufocar os municípios para privilegiar os interesses dos credores imperialistas é reacionário. Porém, a atitude contrária dos prefeitos está presa aos partidos que sustentam a linha antinacional e antipopular de Collor, que leva justamente à quebra do país. Desta forma, não poderá resultar numa real defesa das condições de existência dos municípios.

Tanto é que os prefeitos burgueses se mostram mesquinhos ao isolarem suas reivindicações do restante do Emendão, que igualmente sacrifica a economia e a vida das massas.

Os trabalhadores não poderão ser arrastados pela demagogia das autoridades municipais, que sustentam a política de opressão da burguesia e seu Estado. A solução está em mobilizar independentemente a população, levantar uma plataforma antigovernamental e ant imperialista, e organizar os comitês populares, baseados nas assembleias populares.

A reivindicação democrática de autonomia dos municípios, levantada demagogicamente pelos partidos burgueses, só servirá de alavanca para luta se se direcionar contra o governo pró imperialista e estiver a serviço da defesa das condições de vida das massas.

Avança o desemprego no país

A recessão e o desemprego avançaram bastante nos últimos 2 meses. Só no Estado de São Paulo, mais de 100 mil trabalhadores já perderam o emprego este ano. Os dados sobre a arrecadação de ICMS também mostram a queda geral na produção: o Estado de São Paulo deixou de arrecadar mais de 2 bilhões de dólares de janeiro a outubro, o que mostra uma queda brutal no consumo. Pela primeira vez, nos últimos anos, o mês de outubro registrou uma taxa de emprego negativa (queda do número de trabalhadores empregados). A redução na produção e comércio e as demissões atingem os principais setores da economia, em todos os lugares do país.

Em São Paulo, o comércio caiu 9,85% em setembro. No mesmo mês, as lojas de departamento venderam 6,30% a menos, os móveis 19,36%, e até os supermercados registraram quedas seguidas: 8,47% em agosto e 8,13% em setembro. Os tecidos venderam menos 17,04% e os materiais de construção 16,24%.

No sul do país, as coisas têm acontecido de modo semelhante: a construção civil de Curitiba demitiu mil operários em outubro e registrou queda de 20% na produção. Registra-se quedas nos setores madeireiro, de porcelana, papel e embalagens.

As demissões avançam a cada mês. As pequenas e médias empresas demitiram 80 mil em julho e agosto. A indústria de máquina e equipamentos demitiu 1.700 só em setembro. O setor de alimentos registra demissões de até 50% em algumas empresas.

O ABC paulista sofre no seu coração industrial: 10 mil metalúrgicos foram demitidos este ano em Santo André, e 12 mil em São Bernardo, que já somam 23 mil demitidos desde a posse de Collor. Os químicos do ABC já foram reduzidos em 15% só neste ano.

Mesmo no setor mais próspero da economia, o interior de São Paulo, as demissões e a recessão bateram fundo. Campinas, responsável pela produção de 8% do PIB nacional, demitiu mil metalúrgicos em setembro. A queda na produção e o crescimento das demissões atingem Americana, Piracicaba e Ourinhos.

A recessão é produto da crise do capitalismo, e está sendo impulsionada por Collor. As consequências para os trabalhadores são o desemprego e os baixos salários. Contra a política recessiva do governo, temos que exigir: Fim das demissões! Escala móvel de horas de trabalho, estabilidade para todos, seguro desemprego e plano de obras públicas!

Salário mínimo real com escala móvel de salários!
Reposição de todas as perdas!

As direções reformistas falam que quando há demissões não é possível lutar. Esses burocratas têm medo de partir para um enfrentamento mais agudo contra os patrões e o governo, com receio de perder seus privilégios de casta. Se não houver luta, as demissões e o arrocho vão continuar. Se queremos mais força, temos que unir nacionalmente nossas forças na greve geral por tempo indeterminado, contra o governo antipopular e a burguesia reacionária.

Collor Aumenta Impostos Para Classe Média

O governo anunciou na primeira semana de novembro uma "reforma tributária". Seu conteúdo é um aumento geral nos impostos, principalmente sobre os salários que vão de 8 a 15 mínimos, que pagarão 15% de seus rendimentos ao governo. Institui ainda o Imposto Territorial Rural, que elevará os preços dos alimentos, aumenta o imposto sobre a importação do petróleo, que elevará os preços dos combustíveis, reajusta em 15% reais (acima da inflação) as tarifas pública, entre outras medidas.

O objetivo de Collor é diminuir o o déficit público (despesas maiores que a arrecadação) do governo, conforme exige o FMI. O governo descarrega o rombo nas contas públicas sobre os assalariados, que terão de pagar mais impostos para satisfazer as exigências externas (Imperialistas).

No Brasil, 74,2% da arrecadação do governo já é feita pelos assalariados. As empresas, rendimentos de capital (especulação) e comércio exterior pagam juntos só 25,8% dos impostos, que de certa forma são repassados no preço das mercadorias. A reforma do governo vai agravar mais ainda essa situação, penalizando diretamente os assalariados que recebem de 8 a 15 salários mínimos, mas também aos outros que terão que pagar mais caro os combustíveis e alimentos.

Mais uma vez o governo Collor se submete às exigências do imperialismo e ataca as condições de vida das massas.

Nada de impostos para os assalariados!

QUE PAGUEM APENAS OS CAPITALISTAS!

FMI CONDICIONA AUMENTO DOS IMPOSTOS

O Brasil está próximo de fechar um acordo com o FMI. O governo tem cumprido as exigências do Fundo e logo deverão estar concluídas as negociações. Collor já iniciou o processo de privatizações, vendendo a Usiminas, Celma e Mafersa, desvalorizou o cruzeiro frente ao dólar (para aumentar o saldo comercial e poder pagar os juros da dívida) e enviou ao Congresso projeto de reforma tributária. Esta também era exigência imperialista: O FMI quer que o governo obtenha um saldo de 2,5% em 1992 e 4% em 1993, que serão atingidos com o aumento de impostos sobre assalariados, reajustes de tarifas, venda das estatais e corte de gastos (redução de investimento, demissões de funcionários, etc).

Para continuar pagando a dívida, o governo aumentará a opressão social e a miséria das massas. Não há como colocar a luta contra o arrocho salarial, desemprego e excessiva taxação de impostos sem se opor ao imperialismo. É preciso pôr em pé a Frente Revolucionária Antiimperialista para expulsar o imperialismo, não pagar a dívida e acabar com a opressão nacional.

Abaixo a alta do custo de vida!

Greve Geral por tempo indeterminado!

Fora Collor!

Fora o imperialismo!

Por um Governo Operário e camponês!

VIVER SE TORNOU IMPOSSÍVEL

A explosão dos preços nas últimas semanas penaliza ainda mais o assalariado. Todos percebemos que se a inflação passou dos 20%, o custo de vida subiu bem mais. Muitos produtos essenciais tiveram aumentos de 50% até 100% no mês.

Enquanto o salário mínimo é de 42 mil, a cesta básica custa acima de 50 mil; somente em um mês o custo de vida teve alta de 36% e os salários permanecem congelados por três meses ou mais.

O descontrole da economia pelo governo aprofunda o arrocho salarial. Os capitalistas elevam os preços de seus produtos para fazer frente à alta dos juros, enquanto os salários permanecem estagnados. O governo diz que precisa manter os juros altos para segurar a inflação, mas o que

vemos são aumentos de preços cada vez maiores.

A combinação de recessão com inflação atende às exigências do imperialismo no sentido da destruição das forças produtivas nacionais para futura abertura ao capital externo, e no de garantir saldos da balança comercial para pagar os juros da dívida externa.

Contra a inflação que achata os salários, a reivindicação eficaz é a escala móvel dos salários; aumenta a inflação, aumenta-se o salário na mesma proporção. Contra a miséria das massas, implantação imediata do salário mínimo real. Eis o ponto de partida para um movimento nacional dos explorados, que se dirija contra a fonte de exploração e opressão (os capitalistas e o governo).

Fora com as demissões "voluntárias" e involuntárias! Fora com a burocracia trapaceira!

A burocracia sindical para colaborar com os patrões e ficar de "bem" com os operários utiliza-se como saída para as demissões em massa a chamada demissão voluntária. Ela significa que os patrões põem a faca no peito dos operários e estes são obrigados a aceitarem "espontaneamente" as demissões, mediante um acordo que lhes dá algumas migalhas. Vitentinho chama isso de relação moderna entre capital e trabalho.

Por exemplo, os patrões da Cofap que não querem aceitar as demissões voluntárias, para não gastarem um pouquinho mais com os mil demitidos, não seriam modernos. No caso da Brastemp, o líder sindical foi pedir ajuda do totalitário Fleury para convencer os capitalistas a serem modernos.

A burocracia sindical de São Bernardo, dirigente da CUT, pretende fazer das "demissões voluntárias" a solução para o impasse entre o capital e o trabalho, colocado pelo desemprego em massa, fruto da quebra da economia capitalista. Os patrões aceitam plenamente esta via, porque poderão recuperar a indenização aumentando a exploração sobre os operários que ficam na fábrica e repassando para o preço dos produtos.

A dificuldade encontrada na Cofap e na Brastemp vem do fato dos capitalistas estarem se utilizando do conflito para pressionar o governo a favorecê-los em sua política econômica. Desta forma, a burocracia joga, igualmente aos patrões, com a vida dos operários. Negociar o emprego é um crime social.

O trabalho é a única fonte de sobrevivência do assalariado. Não se pode negociar a vida das massas com o capitalista, cujo objetivo de classe é apenas utilizar a força de trabalho como mercadoria. O emprego é uma questão de vida ou morte para os assalariados, que não podem aceitar nenhuma razão de ordem econômica, ou qualquer que seja, para aceitar as demissões.

O direito ao trabalho a todos é uma das lutas mais significativas contra o capitalismo apodrecido. Temos que rechaçar esta vergonhosa capitulação da burocracia sindical. Levantemos a bandeira: "Trabalho não se negocia". Defendemos, isto sim, o fim das demissões e readmissão dos demitidos. Porém, a luta contra o desemprego deve ser geral. A bandeira para unificar as massas e defender de fato o direito ao emprego é a escala móvel das horas de trabalho, que significa reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir os salários, de forma a empregar todos os assalariados do país, assegurando a estabilidade no emprego. E para se defender a vida imediata dos desempregados, exigimos que o governo capitalista se responsabilize pela crise social e abra frentes de trabalho público, com um salário não menor que o salário mínimo real.

O QUE É RECESSÃO ?

A recessão é um mecanismo do capitalismo para descarregar as crises sistemáticas sobre as massas.

Chama-se recessão a queda da produção em todos os setores da economia. Ao invés de se produzir cada vez mais, produz-se cada vez menos. Isso acontece quando a capacidade produtiva cresce muito, mas não tem mercado para ser escoada, porque a maioria não tem dinheiro para comprar. São as chamadas crises de superprodução do capitalismo. De tempos em tempos, elas sempre acontecem, porque o capitalismo é um sistema econômico que não planeja para produzir, produz em função de aumentar os lucros do capitalista, é um sistema com produção anárquica. Além disso, concentra cada vez mais a riqueza e aumenta a miséria através da exploração crescente do trabalho. Chega sempre a um ponto onde a maioria explorada não pode comprar os produtos produzidos e acontecem as crises.

A recessão é uma maneira de manter o capitalismo vivo. Com a recessão, os grandes capitalistas reduzem a produção, elevam os preços e demitem em massa. As empresas mais fracas vão à falência e os trabalhadores são obrigados a aceitarem um salário mais baixo para arrumarem emprego. Desta forma, os grandes capitalistas ocupam o lugar das empresas que fecharam e aumentam seus lucros com a elevação dos preços e a redução dos salários.

Contra esse mecanismo de sustentação do capitalismo, coloca-se a luta contra as demissões e desemprego. Trata-se de unir os desempregados e empregados num só movimento contra a política recessiva da burguesia. A força das massas contra os ataques capitalistas aos empregos está na greve com ocupação de fábrica, nas manifestações e na formação dos Comitês Operários. A organização da greve geral é o grande instrumento, porque transforma a luta contra o desemprego e a miséria em luta política contra o governo burguês.

Os reformistas e a burocracia sindical levantam a bandeira de Fórum Antirecessão e de política de desenvolvimento econômico. Denunciamos esta linha que leva ao imobilismo das massas e à ilusão de que é possível resolver o problema do emprego através do Estado Burguês.

A resposta operária é a defesa da escala móvel de horas de trabalho, que se reduza a jornada de trabalho para todos terem emprego. Para se lutar contra o governo e defender a vida imediata das massas, os sindicatos devem exigir a abertura de obras públicas que empreguem os desempregados.

A marcha da desnacionalização

Finalmente, o governo Collor conseguiu impor a primeira privatização de seu amplo Plano de Desestatização, com o leilão da Usiminas. Os nacionalistas capitularam vergenhosamente, a ponto do governador Brizola desmarcar o ato programado e colocar a força de repressão a serviço do Plano entreguista. A manifestação da CUT foi ultraminoritária, embora tenha se confrontado com a polícia. Refletiu a ausência de uma política revolucionária antiimperialista. Desta forma, a venda da Usiminas se constituiu numa vitória da linha pró-imperialista de Collor, sem que tenha havido resistência dos trabalhadores.

Dois grandes multinacionais disputaram, junto ao governo, o controle da estatal: a Nippon Steel e a Belgo Mineira. O capital japonês, já presente na constituição do capital da empresa, conseguiu se impor, formando um consórcio dirigido pelo banco Bozzano Simonsen, que tem por detrás de si o manejo do Citibank norte-americano.

Pouco antes da realização do leilão surgiu a denúncia do acordo através de uma liminar apresentada pelo PDT. Segundo a imprensa, a Nippon Steel montou o consórcio sob seu patrocínio. "Os procuradores querem saber se é verdadeira a denúncia de que o acordo poderia revelar a formação de um cartel de testas-de-ferro do grupo japonês para a alteração do controle majoritário da empresa" (Estado de São Paulo, 24.10).

De fato, foi isto que ocorreu, com a participação da própria administração da Usiminas, ou seja, do governo, que tinha interesse em manter a Nippon Steel com o controle.

Logo após a obtenção das ações majoritárias pelo consórcio Bozzano, o presidente da Nippon, Hideo Kobayashi, revelou que o Eximbank do Japão irá aplicar capital na siderúrgica, o que evidencia o lugar de domínio do capital financeiro internacional na desestatização. A propaganda de que o capital estrangeiro não foi decisivo na privatização é uma farsa. Ela serve, inclusive, para acobertar a covardia dos nacionalistas, que para se justificar dizem que estão de acordo com a desestatização desde que a empresa permaneça nas mãos do capital nacional.

A Usiminas abre caminho ao plano pró-imperialista

A desestatização não é o resultado das necessidades nacionais, origina-se nos interesses do capital imperialista em desnacionalizar a economia dos países atrasados (semicolônias). Resulta da crise mundial, que conduz o imperialismo a intensificar a opressão nacional. Ao desestatizar em função das exigências internacionais, o governo e a burguesia interna impotentes facilitam o maior controle de ramos-chaves da produção nacional pelo capital financeiro. Isto significa que aumenta a submissão da semicolônia às metrópoles (Estados Unidos, Japão, Alemanha, etc), que se constituem em trava para o desenvolvimento das forças produtivas dos países atrasados.

A crise tem demonstrado que as nações latinoamericanas vêm regredindo social e economicamente sob o peso da profunda exploração mundial das potências, que controlam o mercado mundial e as finanças. Enquanto os países imperialistas aumentam o protecionismo, impõem às semicolônias a abertura total de seus mercados e a desnacionalização. Com a tremenda dificuldade de se manter o pagamento da dívida externa e com a crescente crise de superprodução mundial, a via da desestatização, controle das fontes naturais e domínio dos mercados internos é uma condição para a sobrevivência do grande capital parasitário.

A entrega da Usiminas para o controle da Nippon Steel e do banco Bozzano Simonsen é parte da estratégia recolonizadora do imperialismo. O plano do governo é transferir inicialmente 23 empresas de grande porte ao setor privado, abarcando a siderurgia, petroquímica, equipamentos e extração mineral. Trata-se de uma verdadeira liquidação do patrimônio nacional para se obter, a curto prazo, US\$ 18 bilhões, cuja finalidade é a de sustentar a dívida externa.

O segundo exemplo de violência contra a economia nacional é dado pela privatização da Acesita, que produz 750.000 toneladas anuais de aço inox e siliciosos, fundamental matéria-prima industrial. Tudo indica pelas previsões que bancos italianos, franceses e companhias metalúrgicas norte-americanas poderão obter seu controle, segundo informações da imprensa.

A desestatização se constitui em maior limitação da soberania nacional, ou seja, em aumento de poder do capital imperialista sobre os comandos da economia brasileira.

CLASSE OPERÁRIA NÃO PÔDE REAGIR

Collor pôde privatizar a Usiminas a Celma e a Maferisa sem que houvesse qualquer resistência significativa da classe operária. O governo fez uma grande propaganda de que os assalariados estavam favoráveis a seus planos de desestatização, apoiando-se na venda de 10% das ações para os trabalhadores da Usiminas. Os entreguistas têm conseguido êxito em ludibriar os assalariados, com o argumento de que o Estado está falido e de que o capital privado irá melhorar a produção e, com isso, a vida dos empregados. Entretanto, o argumento da modernização tem enganado as massas porque estas não tiveram como compreender a ofensiva do imperialismo e poder reagir.

As direções dos sindicatos, da CUT, e principalmente do PT, foram incapazes de realizar uma grande campanha nacional contra a desnacionalização, em defesa do estatismo e das reivindicações elementares como emprego e salário. Não convocaram com antecedência as assembleias sindicais, não trabalharam por formar os comitês de frente única contra as medidas reacionárias e não se preocuparam em realizar uma grande agitação no meio operário e popular. Porém, o fundamental é que as pequenas manifestações isoladas demonstraram que a CUT não apresentou uma resposta antiimperialista e anticapitalista para se contrapor ao Plano de privatização. Não apresentou a linha do controle operário e não trabalhou pela ocupação de fábrica.

Na realidade, essas direções se mostraram favoráveis indiretamente à privatização. A razão está em que, para se breçar a ação do entreguismo, é necessário colocar-se em luta direta contra o governo Collor e os partidos que o sustentam. Mobilizar a classe operária contra o plano de desestatização é o mesmo que chamar a lutar pelo fim do governo antinacional e antipopular. A burocracia sindical e o PT socialdemocrata não podem dar esse passo revolucionário, pois já se colocaram a serviço da democracia burguesa, que quer dizer da continuidade do governo atual e do sistema capitalista.

Desta forma, o proletariado permanece contido como força social capaz de defender um programa antiimperialista e anticapitalista. E somente ele poderá responder à ofensiva de recolonização do imperialismo e à política antinacional de Collor. A ausência de um partido revolucionário e o consequente controle dos organismos de massa pela burocracia sindical e partidária obstaculizam a organização do movimento antiimperialista.

Esta experiência com o entreguismo será necessária para os trabalhadores se libertarem do freio pró-burguês e pró-imperialista de suas direções. Para isso, é fundamental que a vanguarda revolucionária, que trabalha pela construção do partido operário, defenda duramente o estatismo contra o entreguismo burguês.

Obra do destino?

No dia 28/10, o povo morador do núcleo habitacional, conhecido por Favela Naval, viveu um verdadeiro inferno. O fogo que começou num barraco, em pouco tempo destruiu 350 moradores e com elas as mobílias. O mar de fogo levou junto com os barracos a vida de uma criança e de uma senhora. No chão ficaram cinzas e devastação de toda favela. Centenas de famílias ficaram desabrigadas.

Será que isto é fruto do destino? É claro que não! Na favela, os barracos são construídos uns encostadinhos dos outros. São aglomerados sem nenhum planejamento urbano. Os materiais de construção são piores possíveis e completamente inadequados para a estrutura habitacional. Assim, o fogo passou como um rastilho de pólvora de uns para outros sem poder ser contido.

As crianças, homens e mulheres, num esforço desesperado, lutaram contra o mar de fogo com baldes, bacias e canecas. O que poderiam fazer os bombeiros? Nada!

Como vemos, a favela se encontrava completamente indefesa. As condições miseráveis de habitação e existência dos favelados não são obra do destino. Elas espelham a pobreza das massas, exploradas até o osso pelos capitalistas, quando não uma parcela inteira desempregada. Recebendo um salário de fome, uma multidão de trabalhadores é empurrada a se arranjar nas favelas improvisadas, cuja existência diária é um inferno.

O governo e os capitalistas se vêm desobrigados de assegurar a existência mínima para seus escravos assalariados e se sentem confortados pelo fato deles se arranjamem nas favelas. O fogo da Favela Naval não lhes tirou um segundo do seu doce sono, pois não queimou um centavo de seus lucros e nenhuma de suas propriedades. Quando muito irão aplinar o terreno sob cinzas e deixar que as famílias desabrigadas se arrumem como puderem.

É necessário responsabilizar o Estado burguês pela destruição e exigir que construa casas (e não barracos) sob o controle das famílias atingidas. A luta da Favela Naval é parte do movimento dos sem-teto e de toda classe trabalhadora contra a opressão capitalista. A organização independente dos movimentos populares, sob direção da classe operária, para se lutar contra o capitalismo, é a única via para se pôr fim a tanta desgraça.

Eis porque a construção do partido operário revolucionário no seio dos explorados é necessária.

Abaixo a perseguição política contra Julio Cezar e Hercules

Dois manifestantes (Júlio Cezar e Hércules) contra a primeira tentativa de privatização da Usiminas em 24 de setembro foram enquadrados pelo juiz Eduardo Mayer na Lei de Segurança Nacional. Se a decisão do juiz fascista for acatada pela Procuradoria Geral de Justiça do Rio, o processo será enviado a uma auditoria militar.

A Lei de Segurança Nacional é um símbolo do regime da ditadura militar. Através dela, qualquer pessoa pode ser julgada e condenada pelos militares por crime político. Foi utilizada como instrumento de perseguição e repressão durante a ditadura.

A ressurreição da LSN mostra que avança a fascistização do governo Collor, que vai perdendo as bases de sustentação política devido à crise interburguesa e é obrigado a se apoiar nos mecanismos de repressão direta.

Somente a ação de massa pode bloquear o avanço da repressão política e social. A omissão diante dos ataques a Boni, Romildo, e agora a Julio Cezar e Hercules só facilitará o avanço da fascistização (e futuros novos ataques).

É preciso protestar energeticamente contra a perseguição política aos 2 manifestantes e exigir o imediato fim dos processos. Cabe às centrais sindicais, aos sindicatos, organizações populares e aos partidos políticos organizarem manifestações, abaixo-assinados, pixações, atos públicos, enfim uma campanha de massa contra a opressão política e social.

"Solução" para o problema da habitação: controle da natalidade

O secretário da habitação do governo Fleury, José Machado Campos Filho, em entrevista concedida ao Diário Popular de 20/10, propõe que a solução do problema habitacional de São Paulo (deficitário em 1,7 milhão de moradias), estaria no controle da natalidade.

Suas propostas são bizarras. Primeiramente, para garantir o rígido controle da natalidade, propõe o fim dos benefícios na área de Saúde a famílias com mais de 2 filhos e de benefícios gerais, tais como o salário-família (450,00 por filho).

Em segundo lugar, afirma que a promessa de Fleury de entregar 100 mil casa/ano é inviável, pois não há recursos para isso, podendo no máximo atingir 40% dessa meta por ano.

Em terceiro lugar, afirma que os recursos destinados a casa própria provêm de 3 fontes: FGTS (que está envolvido num escândalo de fraudes e desvio de verbas), da caderneta de poupança (assolada pelo confisco, o número de grandes poupadores diminuiu significativamente) e pelo ICMS (do maior estado arrecador da federação e que fica curiosamente insuficiente em função dos repasses que sofre) e que estas fontes não têm suprido suficientemente o setor imobiliário.

A corrupção que provoca os desvios de verbas destinada à habitação é consequência da falência da burguesia e seu Estado. O fato é que estes já se mostram totalmente incapazes para atender minimamente às necessidades. O governo Fleury quando propõe o controle da natalidade testemunha a falência do regime econômico capitalista que já não pode mais solucionar os problema da moradia e que então, se lança de utilizar um recurso artificial e totalitário sobre a população que é o controle.

O crescimento das ocupações urbanas demonstra que a solução do problema da habitação do país, está na organização independente dos sem-teto. Somente a classe operária dar uma resposta real utilizando-se da sua força coletiva contra o governo e toda corrupção da máquina do Estado.

NADA DE CONTROLE DA NATALIDADE!

!

PELAS OCUPAÇÕES DE TERRA E CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES E SEU CONTROLE PELOS SEM-TETO E PELO MOVIMENTO OPERÁRIO !

PT de São Paulo discute sustentar Collor

Um dos debates realizados no Encontro Estadual do PT foi sobre a questão da antecipação do plebiscito do parlamentarismo e do Entendimento Nacional. Os deputados petistas votaram em primeiro turno contra a antecipação, em defesa do mandato de Collor. Lula foi derrotado na época, mas a posição do partido vem mudando, diante das perspectivas de um acordo de aliança com o PSDB e retorno do PMDB em busca de soluções para a crise do país, dentre as quais constariam a aprovação do parlamentarismo já e o estabelecimento do Entendimento Nacional.

O PT pretende disputar as eleições de 92 coligado em várias cidades com o PSDB, PDT, PSB, PMDB, etc. O I Congresso deverá referendar todos esses pontos.

Ao assumir a defesa da governabilidade de Collor, o PT assume a sustentação do governo antinacional e antipopular. O reformismo está se preparando para se colocar como instrumento da opressão social, e já se articula nesse sentido com setores da burguesia, no movimento "Opção Brasil", liderado pelo Pensamento Nacional de Base (PNB), organização empresarial.

Erundina pede entendimento e Amato convida Collor

No último dia 21 de outubro, a prefeita Luiza Erundina lançou o Fórum da Cidade de São Paulo, que reúne. Fiesp. Federação do Comércio. Federação dos Bancos. PNBE. sindicatos centrais sindicais e Comissão de Justiça e Paz.

Erundina se juntou a Amato para propor o Entendimento Nacional: "Ou todas as forças políticas se juntam para buscar uma solução ou ela não virá", disse Erundina. Amato aproveitou para convidar Collor a participar do Entendimento, que "deve sair com ou sem ele", segundo o presidente da Fiesp.

A prefeita petista entra na lista dos que lutam para garantir a governabilidade de Collor frente ao avanço da crise econômica, através do entendimento (pacto social, conciliação de classes).

Os trabalhadores devem rejeitar essa política que pretende sustentar o governo pró-imperialista de Collor, e exigir dos sindicatos e da CUT que se coloquem por levantar a luta nacional de massa em defesa das condições de vida, para pôr fim ao governo de Collor e expulsar o imperialismo.

PT CONTRA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

O Encontro Estadual do PT previa aquilo que será o I Congresso petista: teve como um tema central a questão da estratégia partidária.

De um lado, a Articulação, de outro, Genoíno e seu grupo. Ambos disputaram a forma de condenar a ditadura do proletariado. Genoíno era favorável a uma condenação mais "incisiva" do que a prevista pela Articulação. José Américo, secretário geral do PT de São Paulo, argumenta que seu texto condena a ditadura do proletariado e diz que Genoíno só está preocupado com a luta interna.

Como vemos, as duas posições afirmam-se como anti-marxistas, ou seja, defensoras da continuidade do capitalismo, da exploração de classe. Falsificam a história quando identificam a ditadura do proletariado e o marxismo com a ditadura burocrática e o estalinismo, que estão levando a União Soviética de volta ao capitalismo.

O vergonhoso foi a posição da Convergência Socialista e O Trabalho que, se reivindicando do marxismo, foram incapazes de combater o reacionarismo da Articulação/ Nova Esquerda e defender a estratégia revolucionária. Limitaram-se a defender o governo dos trabalhadores, que por seu conteúdo é democrático-eleitoral. Os pseudo-trotsquistas não podem compreender o significado desta discussão, que tem por conteúdo a definição do caráter proletário da revolução brasileira. Enquanto os reformistas e os direitistas foram claros na condenação da ditadura do proletariado, os revisionistas do trotsquismo se esconderam no oportunismo, não encarando de frente a questão e menosprezando sua importância.

O PT tem se integrado cada vez mais no Estado Burguês e assume cada vez mais claramente seu caráter socialdemocrata, ou seja, de defesa do capitalismo e de sua sustentação pela colaboração de classe. O I Congresso do PT reafirmará essa posição. Cabe aos militantes classistas romperem com o reformismo e se lançar à luta pela construção do partido que coloque claramente a necessidade histórica de destruição do capitalismo e construção do socialismo, o que só pode ser feito através da ditadura do proletariado.

LUTAR PELA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

O entendimento nacional, ou pacto social, é uma tentativa de unir empresários, banqueiros, comerciantes, partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, etc em torno de um acordo que permita diminuir a luta de classes e dar governabilidade a Collor. O que se pretende é estabelecer propostas comuns para agir

contra a crise onde cada um perca o menos possível. E quem acaba saindo com a conta do prejuízo são os assalariados, que ficam com os salários reduzidos cada vez mais, enquanto suas organizações sindicais ficam como "tabo preso" com seus inimigos de classe.

Por isso, devemos rejeitar esse tipo de proposta

que pretende fazer a conciliação de classes, que só serve para os patrões e o governo continuarem atacando as condições de vida dos trabalhadores.

Para enfrentarmos os ataques às nossas condições de vida, devemos travar nossa luta contra os ataques dos patrões e do governo, com indepen-

dência de classe. Mas a independência de classe só se conquista se a classe ganha consciência política. Por isso, a luta pela independência de classe está ligada à luta para construir o partido de classe, o Partido Operário Revolucionário.

Romper com o PT reformista e construir o Partido Revolucionário

Força Sindical procura avançar

A greve metalúrgica de S.P. do final de outubro foi uma imposição para a burocracia direitista da Força Sindical. As perdas salariais se tornaram insuportáveis. Não fazer absolutamente nada no dissídio seria negativo para o controle de Medeiros sobre os assalariados. Entretanto, há um outro lado da greve, que diz respeito à estratégia de expansão da Força Sindical. A construção deste aparato burocrático depende da conquista de posições frente à CUT. Medeiros vem fazendo uma campanha sistemática para desalojar a CUT de muitos sindicatos. Embora tenha tido uma derrota no plebiscito de Santos, em que venceu a CUT, a vitória no plebiscito do Sindicato Metalúrgico de Osasco lhe foi decisiva para a manutenção do estratégico setor operário metalúrgico de S.P.

No período de fundação da CUT e de sua construção toda ala da burocracia vinculada ao burocrata Joaquim dos Santos se desagregou. Porém, conservou o sindicato operário mais importante do país com uma base de mais de 300 mil. É a partir dele que se firmou a Força Sindical, que se caracteriza por defender abertamente o capitalismo e a linha pró-imperialista de privatização de Collor. A sua projeção em disputas de eleições sindicais com a CUT, como demonstrou o acirrado choque em torno do sindicato dos trabalhadores de transportes (condutores), comprova o fortalecimento crescente da ala mais reacionária do sindicalismo.

Por detrás de Medeiros está o aparato internacional sindical do imperialismo a FL-CIO norte-americana, que se constitui na via para a ascensão da Força Sindical na CIOLS socialdemocrata, o maior de todos aparelhos de controle mundial capitalista. Ao mesmo tempo, internamente, Medeiros conta com a proteção do governo (do Estado) e dos partidos patronais. Dentre eles, se aproximou do PDT de Brizola, que é vinculado à socialdemocracia européia, José Ibrahim do PDT é o representante internacional da Força Sindical.

Entretanto, o essencial das possibilidades de avanço do direitismo sindical não está em que as massas caminham para posições conservadoras. A razão está em que a direção da CUT vem praticando o mesmo sindicalismo de resultados da Força Sindical, que consiste em dividir o movimento operário em greves isoladas em cada fábrica e não acirrar a luta de classes nacional.

Para o futuro desenvolvimento do movimento operário, é necessário se construir as frações sindicais revolucionárias, baseadas num programa de unidade operária, de independência e luta de classes.

Brastemp SBC: contra as demissões-ocupar a fábrica, controlar a produção.

Há um mês que a situação dos 1557 operários demitidos da Brastemp está indefinida. A empresa permanece irredutível quanto ao número de demissões e ao valor das indenizações.

Os operários da Brastemp estavam dispostos a lutar contra as demissões, quando ocuparam heroicamente a fábrica. No entanto, a luta foi bloqueada pela direção do sindicato, que desde o início foi contra o conflito de massa com o empresariado. A direção do sindicato conseguiu controlar o movimento imprimindo-lhe um caráter pacifista (abraço em volta da fábrica, protestos em frente ao prédio da Brasmotor, etc) até conduzi-lo a aceitar as demissões "voluntárias".

Não foi à toa que Vicentinho recebeu inúmeros elogios de Mário Amato, tanto pela greve de fome, utilizada como forma pacífica e isolada de protestar, como também por ter conseguido fazer os operários recuarem na ocupação, ao colocar que o movimento deveria ser pacífico para evitar o conflito. Mário Amato elogiou a capacidade da direção sindical de brechar a explosão dos operários, que invadiram a fábrica e quebraram uma porção de máquinas.

Hoje, depois de ter conseguido que os operários aceitassem o objetivo da empresa, o impasse está em torno do valor das indenizações. Da proposta inicial de dois salários

parcelados de novembro a março, e nem assim a Brastemp aceita pagar.

Vicentinho e Aloísio Mercadante, membros da mesma corrente dentro do PT (Articulação), propuseram ao governo formas no sentido de ajudar o empresariado, como redução das taxas de juros, etc e aos operários propuseram que aceitassem as demissões chamadas "voluntárias", ou seja, com a faca no peito. A conduta dessa direção burocrática de evitar o choque radical está ligada à sua política de colaboração de classe, que permite a manutenção do regime de exploração do trabalho.

Com essa política, os burocratas não podem responder às demissões, que não é só da Brastemp, em um movimento geral dos trabalhadores. Assim, fazem algumas passeatas e alguns protestos inúteis e levam os operários a se curvarem perante os patrões.

**ABAIXO AS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS !
DEFENDER JULIO CEZAR E HERCULES
FIM DOS PROCESSOS CONTRA BONI E ROMILDO**

*Rejeitar a farsa da modernização do ensino público***Por um Plano de recuperação da escola pública feito pelos trabalhadores em educação, alunos e pais**

Fleury apresentou o programa de modernização do ensino público. Um projeto financiado pelo Banco Mundial que atingirá 300 escolas, 6% dos professores e 12% dos alunos. Traz como objetivo a proposta de recuperação da qualidade do ensino público e a meta de ser gradualmente implantado nas 6500 escolas. Tudo não passa de mais uma grande enganação.

A modernização, pregada pelo governo, significa a descentralização da educação, ou seja, entregar o ensino fundamental, que vai da primeira à oitava série, para as mãos dos municípios. O que levará à destruição total da escola pública, pois os municípios estão falidos, haja vista o exemplo da greve dos prefeitos ocorrida em 26 municípios por falta de repasse de verbas.

Propõe uma "autonomia" pedagógica, administrativa e financeira para as escolas. Mas uma "autonomia" controlada pela Secretaria da Educação, pois cabe a ela a avaliação do trabalho a ser desenvolvido nas unidades escolares. Da mesma forma, os projetos estão regulados pelo Fundo de Financiamento e pela Caixa de Custeio. O que demonstra que não há autonomia. Autonomia significa o controle direto da educação por parte dos educadores, alunos e pais e, para isso, necessariamente teremos que extinguir todos os órgãos burocráticos (cabides de emprego), como as delegacias de ensino, secretaria, etc.

Pretende recuperar a qualidade de ensino ampliando os dias letivos, chegando ao absurdo de propor 250 dias para o período noturno, acarretando aulas aos sábados e em períodos de férias.

Aos professores, apresenta um presente de grego, pois amplia de 720 horas para 1000, o que equivale a 38% a mais de trabalho e dá uma gratificação de 30%. Reduz o número de horas em sala de aula e amplia a permanência na escola ou, no

caso noturno, obriga o professor a dar 20 aulas em 5 dias da semana (o que fazemos em 4 dias). Ao professor I (primário) impõe 30 horas semanais com aluno, portanto, acrescenta mais 4 horas. E, por fim, estabelece a Dedicção Exclusiva, que significa que o professor não poderá ter outro emprego. Portanto, as "vantagens" oferecidas pelo governo são perdas, desde salariais até nas condições de trabalho.

Numa situação miserável em que se encontra a maioria das escolas públicas, com falta de carteiras, bibliotecas, laboratórios, prédios sucateados e com o mais brutal arrocho salarial (que tem provocado a evasão dos trabalhadores em educação), Fleury lança esse projeto para tirar o ensino da falência. Um governo incapaz de recuperar as condições de trabalho e salário para o funcionalismo não poderá jamais levantar a escola pública e o ensino falido.

A qualidade de ensino, bem como, a escola nova não serão obras do governo burguês, mas serão parte da tarefa

de emancipação nacional e social. Por isso, as reivindicações democráticas de escola única, a existência de um único sistema escolar sustentado pelo Estado (fim da rede privada), a autonomia integral de ensino, administrativa e financeira devem ser assumidas pelo conjunto das massas oprimidas.

Nesse sentido, devemos rejeitar duramente o projeto do governo e tomar em nossas mãos a tarefa de se construir uma escola nova, voltada à produção social e onde todos tenham acesso.

Aposição da diretoria da Apeoesp

A diretoria (corrente política Articulação) iniciou uma campanha de denúncia contra o projeto do governo. Defendeu na reunião regional de representantes de escolas a rejeição e a velha proposta de pressão parlamentar para garantir algumas emendas ao projeto, como por exemplo, a extensão das gratificações, redução da jornada de trabalho, auxílio distância a todos os professores.

A política da diretoria não podia ser outra senão aquela das pressões, caravanas ao Congresso e à Assembléia Legislativa. Novamente espalha a ilusão de que os deputados votarão nas reivindicações do magistério. Esquece que a maioria dos parlamentares é a favor da privatização do ensino e defensores do governo entreguista de Fleury.

As nossas posições

A nossa proposta é de rechaço e nenhuma emenda ao projeto governamental. Ao mesmo tempo, defendemos que a rejeição deve ser organizada através da ação direta dos educadores, o que significa a preparação de uma grande manifestação de professores, alunos e pais. Defendemos, também, que a CUT se manifeste publicamente contra a política de destruição da escola pública. É hora de organizar a luta contra o programa de modernização e, por isso, nenhuma ilusão no parlamento, governo e partidos burgueses.

Escolas Privadas rea justam mensalidades em 296%

As mensalidades das escolas particulares aumentaram, nesses últimos nove meses, 296% para uma inflação de 188%. O que equivale a mais que o dobro da inflação. O governo federal criou uma lei permitindo o repasse de 70% do reajuste salarial concedido aos professores e a 30% da inflação acumulada. E nem isso está sendo cumprido pelas escolas privadas. Assistimos as cobranças mensais corrigidas pela taxa referencial, assinaturas de contratos que prevêm correções muito acima destas estipuladas pelo governo, escolas entrando com liminares na justiça para garantir os aumentos de mensalidades.

Por outro lado, os pais e alunos têm buscado alternativa da via judicial, ou seja, pagamento em juízo, medidas liminares, etc. para amenizar o alto custo do ensino. Esse caminho de luta contra os aumentos exorbitantes têm levado à derrota, pois as escolas recorrem, também judicialmente, o que possibilita aos patrões do ensino continuarem elevando as mensalidades. A justiça é dos proprietários.

Frente ao alto custo de vida, a classe média já não pode manter seus filhos na rede privada de ensino, pois uma matrícula custa mais do que ganha a maioria dos assalariados. Mesmo a escola privada está se tornando cada vez mais um privilégio da burguesia.

A luta contra o ensino mercantilizado passa necessariamente pela defesa da estatização de toda rede de ensino. Por isso, o caminho para os pais e alunos da rede privada é defender, imediatamente, o congelamento das mensalidades e organizar o movimento pelo fim do ensino privado, ou seja, a defesa de um único sistema escolar sustentado financeiramente pelo Estado.

TELESP: PRIVATIZAÇÃO, DESEMPREGO E ESCÂNDALO

Avança o processo de privatização na Telesp. Trata-se, por ora, de um processo informal, onde as empreiteiras de mão de obra contratadas, paulatinamente, vão assumindo setores inteiros da empresa, a exemplo do setor de instalação e reparos.

O presidente da NEC japonesa esteve recentemente no Brasil, para formalizar a atuação da multinacional no setor de telefonia móvel-celular.

Diferentemente da Telebrás, que é uma estatal, as empresas subsidiárias do sistema são de economia mista, o que facilita o processo de privatização, que vem na esteira da Usiminas, Celma, etc, porém sem qualquer protesto.

Entretanto, para possibilitar o golpe de misericórdia na Telesp e em todo sistema Telebrás, é necessário tornar a empresa ainda mais lucrativa e sucateada, o que passa, necessariamente, por um processo de demissão em massa. A qualidade do serviço cai, pois é substituída por mão de obra desqualificada (empreiteiras) e ao mesmo tempo a lucratividade sobe (a mão de obra contratada percebe cerca de 40% do salário de um funcionário demitido) e isso refletirá na população que pagará mais caro (as tarifas subiram 3 vezes em 20 dias) por serviço pior, o que conduzirá a opinião pública a apoiar a privatização através da propaganda enganosa veiculada pela imprensa burguesa.

Para agravar mais este quadro e direcionar a opinião pública só é necessário a veiculação de um bom escândalo de corrupção que já está em andamento, com a "descoberta" de escutas nas linhas telefônicas de uma multinacional (Princeton do Brasil Ltda), como se o fato fosse novo e o sistema Telebrás não fosse o setor mais militarizado do serviço público do Estado desde sua fundação em 1972.

O curioso, entretanto, neste escândalo está no fato de que o denunciante é funcionário licenciado da empresa, quando o licenciamento está previsto somente para casos de concorrência e exercício de cargos públicos, que é presidente de uma empresa de contra-espionagem industrial (Segmar) e a denúncia dos fatos foi corroborada com um outro ex-funcionário da empresa que, atualmente,

trabalha na Segmar.

O segundo fato curioso foi a "denúncia" de que o atual presidente da Telesp encheu a empresa de coronéis da reserva para ocupar postos-chaves da administração. Sempre foi assim, então por que a denúncia surge agora?

Em terceiro lugar, afirmou-se que estaria sendo explorado um rico veio de espionagem industrial dentro da empresa a longo tempo. Por que só agora se denuncia este fato?

Em quarto lugar, os funcionários da empresa que auxiliaram na denúncia das escutas telefônicas foram demitidos e estão trabalhando na Segmar.

Em quinto lugar, a empresa Segmar, presta serviço de contra-espionagem industrial para grandes empresas multinacionais, particularmente, as ligadas ao ramo de telecomunicações.

Portanto, este escândalo está colocado como base de sustentação para todo o processo de direcionamento da opinião pública para apoiar a privatização.

Desta forma espúria, o governo-patrão, entreguista e antipopular capitaneado por Collor, atende às exigências do FMI no sentido de entregar setores

chaves da economia nacional ao capital imperialista. Impulsionando as privatizações e os leilões, meramente formais, joga areia nos olhos das massas, acoberta o processo acelerado de privatização informal de todo setor de telecomunicações que é um dos mais rentáveis do país. A alegação de que se está privatizando, não com vistas à lucratividade ou não das empresas, mas sim da capacidade de gerenciamento do Estado, nada mais é do que uma forma do Estado burguês admitir que não está mais preparado sequer para administrar a corrupção que campeia no seio do regime apodrecido.

Deste modo cabe aos trabalhadores, a CUT e aos sindicatos, levantar a bandeira contra as privatizações, unindo-se numa frente única ant imperialista em defesa da garantia de emprego e salário e está colocada a necessidade de criar os tribunais populares para julgar e punir os responsáveis por tanta corrupção. Para que a luta contra a desestatização assuma um caráter de combate classista, deve ser defendido o controle dos trabalhadores sobre a produção.

TELESP: DESEMPREGO X PELEGOS

Iniciou-se em 24.10.91, o processo de demissão em massa dos funcionários da Telesp. Determinou que 25% dos funcionários da empresa deverão ser demitidos até 28.02.92, sendo que 3.000 deverão ser demitidos até 30.11.91.

Os primeiro demitidos foram membros da oposição, inclusive os que se encontravam na CIPA, a empresa pagou todas as multas por haver demitido dentro do período de 60 dias que antecede o dissídio coletivo.

Além disso, o quadro dessas demissões tem um caráter criminoso, pois está afetando, principalmente, funcionários próximos da aposentadoria (23, 28 e 25 anos de empresa), que diante de um quadro de brutal recessão não têm mais qualquer perspectiva a nível de mercado de trabalho.

Entretanto, a categoria está tomada por uma paralisia provocada pelos pelegos, que estão criando dentro da empresa uma cultura, via delegados sindicais, de que é melhor privatizar, porque pior que está não pode ficar, e de que os funcionários que foram demitidos MERECIAM (!!!), porque eram parasitas dos que queriam trabalhar. Como alguém que passou toda a vida dentro de uma empresa pode MERECEER tratamento tão violento?! Os pelegos ainda dizem que o MAL DO FUNCIONÁRIO DA TELESP é PENSAR QUE É DONO DA EMPRESA, E QUE PORTANTO, FINGE NÃO SABER QUE A RELAÇÃO TRABA-

LHISTA PODE SER ROMPIDA A QUALQUER MOMENTO! Isso é resposta que se dê a um trabalhador que envelheceu dentro da empresa e agora está sendo chutado para fora?

Os pelegos não soltaram sequer um boletim de denúncia sobre as demissões. No dia em que começaram, enviaram um boletim informando que iriam devolver a contribuição sindical e convidando a todos para participar de um TIME DE FUTEBOL!!! A ironia dos pelegos beira à loucura.

Mantém a categoria silenciada pelo temor das demissões, aceitará qualquer índice imposto pelo governo-patrão e fará a categoria engolir com a desculpa do: "antes disso do que nada e a perda do emprego".

Compactuam com o processo de privatização, que passa, necessariamente, pela demissão em massa, apesar de proporem um "forum para estudos sobre a privatização" e se colocarem, apenas formalmente contra.

Cabe ao setor mais consciente (vanguarda) dos trabalhadores fazer um trabalho de agitação e propaganda para pôr fim a paralisia imposta à categoria pela burocracia sindical (terror das demissões).

Dentro da campanha salarial, reivindicamos o fim das demissões e a readmissão dos demitidos. Nesse sentido devemos trabalhar pela convocação das assembleias e pela formação dos comitês por prédio, inclusive para organizar a campanha salarial.

Mais uma traição da direção do sindicato têxtil

Novamente a diretoria do sindicato mente descaradamente para acabar com o movimento. Desta vez o próprio presidente do sindicato, Zé Roberto, que se diz tão democrático, enganou quase três mil companheiros que compareceram à assembleia para tranquilamente enterrear a greve. Afirmou que, na negociação com os patrões, foi proposto um aumento de 88,7% sobre o salário de outubro e 23% sobre o de dezembro, perfazendo um total de 119% (acumulado) sobre outubro (para as empresas que concederam 16% de antecipação em outubro). Esta proposta foi aprovada pela maioria dos companheiros. Só que, na verdade, o acordo firmado com os patrões é de 55% para outubro e 21,34% para dezembro.

Mas esta não foi a única traição. Na noite de 4a. feira (dia 30.10) Zé Carlos já havia conseguido acabar com a greve da Vicunha II (que naquele momento alcançava mais de 75% de paralisação), afirmando que, para quem não ia nas assembleias, o acordo estava bom demais (55% em duas vezes). João (tesoureiro do sindicato) fez o mesmo nas Linhas Correntes do Ipiranga. Foram quebradas, também, as greves da Trambusti e das fábricas da Vila Carioca.

Existe um setor da direção, apoiada, principalmente, nos diretores de base, que se coloca contra esta atitude da cúpula. É necessário que esse setor denuncie abertamente a conduta dessa camarilha sob pena de estar em concordância com essa conduta traidora.

Cabe neste momento convocar com urgência um amplo movimento pela reconquista de nosso sindicato. Temos a experiência dos companheiros têxteis da década de 50 que expulsaram o pelego e elegeram uma nova direção, isto é, fizeram valer na prática a revogabilidade de mandato.

É preciso que a Oposição Cutista leve adiante este movimento e o combine com uma campanha contra as demissões, que aumentarão a partir de janeiro.

Todos os companheiros têxteis devem estar preparados para uma árdua luta pela defesa do emprego e do salário, começando desde já a formar os comitês de mobilização, pois permitir que estes traidores dirijam o movimento, significa a derrota da classe.

Com a desculpa do Haiti, os ianques preparam a intervenção militar contra Cuba

A arte de Hermenegildo Sábat, mostrou numa caricatura publicada n'O Clarin, a melhor das imagens de Guido Di Tella: um conselheiro de cuecas, com as calças abaixadas até os joelhos, enquanto lê seu discurso nas Nações Unidas.

Agora estes servos deram mais um passo, e impulsionam na OEA o ministério colônial dos Estados Unidos a invasão do Haiti, para retomar, segundo dizem, o regime "democrático" de Jean Bertrand Aristide.

É certo que pouco sabemos sobre a situação haitiana. Só que se trata do país mais pobre do continente, com um índice de analfabetismo superior à 90%. Também que foi colônia de França, cujos piratas exploraram ali grandes plantações com mão de obra escrava sequestrada na frica, e que quando se cansaram do negócio deixaram a ilha nas mãos dos que haviam sido seus escravos.

Obviamente, a extrema miséria torna impossível o surgimento nesse país da democracia parlamentar, e sempre se viveu ali durante o período colonial e depois dele sob ditaduras sangrentas como a do clã Duvallier.

Uma insurreição popular derrubou finalmente aos Duvallier, mas o poder passou para as mãos de camarilhas militares que, mediante sucessivos golpes, se foram destruindo entre si. Tudo isso até que, em fevereiro passado, Aristide - um sacerdote terceiomundista, adepto da "teologia da libertação" - assumiu o governo após ganhar as primeiras eleições livres da história haitiana. Oito meses depois, também foi derrubado pelos militares, que reinstauraram uma ditadura feroz e assassinou mais de 500 pessoas durante as primeiras horas do golpe.

De imediato, George Bush, fez uma inflamada defesa da "democracia", e a OEA ordenou o bloqueio aos golpistas. Sem dúvida, a investida militar abriu ali uma crise de consequências imprevisíveis. Trata-se evidentemente da ação de uma camarilha sem vínculos orgânicos com o imperialismo, que defende seus próprios interesses. Em troca, Aristide havia aplicado até sua queda, com tanta prodigalidade como lhe foi possível, as fórmulas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

De todo modo, o que menos importa ao imperialismo é o Haiti. Do que se trata é de organizar uma força multinacional contra Cuba, e por extensão contra a revolução em qualquer país latino-americano de pressionar mais ainda o regime de Castro para que se acelere ali a "perestroika". Parece indubitável que o anúncio de Havana de que propiciará o ingresso de capitais estrangeiros encorajou o imperialismo e seus servos.

E falando de servos, o embaixador argentino ante a OEA, Hernán Patino Mayer - ex "renovador" e homem "progressista" - disse as coisas sem papas na língua, e admitiu explicitamente que uma eventual intervenção militar no Haiti será um tiro de advertência contra Cuba, uma advertência a Castro para que instaure "um sistema político multipartidário e a abertura econômica" (O Clarin - 03.10).

Eis aí a "nova ordem internacional" em sua versão latino-americano: a imposição pela força militar de um reordenamento econômico e político que significa para nós, fome, miséria e degradação. Já advertiram na OEA que se o Haiti for invadido, as tropas estrangeiras não se limitarão a repôr Aristide: além disso se instalarão no país para "garantir sua segurança".

Em outras palavras, o próprio Aristide, será um refém dos invasores. Mas no fundo não é só Cuba que procura ser incluída na legalização da intervenção das tropas norte-americanas (o ridículo exército argentino é uma "força de intervenção"?), mas a eventualidade processos revolucionários de massas que se possam desenvolver em outros países (Argentina, Brasil, Bolívia, América Central, etc). A contra-revolução prepara assim a medida dos ianques opressores o massacre das massas insurretas. Este é o objetivo da proposta do do "chicago boy" Di Tella.

Nossa melhor solidariedade com o povo haitiano que luta contra a ditadura e por sua libertação nacional - luta essencialmente antiimperialista - não pode ser outra que combater a morte contra o opressor e seus nacionais nativos.

NEM UM SÓ SOLDADO ARGENTINO PARA NENHUMA FORÇA NACIONAL À SERVIÇO DO IMPERIALISMO!

FORA IANQUES DO HAITI, DA ARGENTINA E DE TODA AMÉRICA LATINA!

(Extraído do jornal "Massas" argentino nr. 51 de 11.10.91)

Quais as conclusões do Congresso do PC Cubano?

Cuba se encontra sob pressão mais poderosa do que nos primeiros anos da revolução. Isto devido ao grande isolamento imposto pela Perestroika russa e desagregação dos Estados operários estalinizados. É nesta condição que se realizou o 4o Congresso do PC. Do pouco que se noticiou, podemos concluir que este procurou responder em parte às exigências do imperialismo de democratizar o regime, que quer dizer criar as condições políticas para reformas pró-capitalistas, como vêm ocorrendo em todo Leste Europeu.

As principais resoluções se alicerçaram à permissão do ingresso no PC dos fiéis religiosos e introdução da eleição direta dos deputados nacionais e provinciais, que antes eram eleitos indiretamente pelas representações municipais. Embora se tenha mantido a estrutura monolítica estalinista do partido único, as mudanças são um passo para reformas futuras, que possivelmente irão no sentido da eleição direta para presidente, como exigem as forças pró-burguesas.

A modificação na composição do organismo dirigente, em que boa parte de antigos militantes foi substituída por jovem geração, e das bases, com a filiação de fiéis religiosos antimarxistas, pressupõe objetivos mais gerais de adaptação do castrismo ao curso dos acontecimentos aberto pela restauração capitalista na União Soviética. O 4o Congresso demonstrou a incapacidade histórica do castrismo, que se constitui numa variante latino-americana do estalinismo, em defender as bases da revolução cubana. Refletiu o desenvolvimento do castro-estalinismo dos últimos tempos, que abandonou a idéia da ação foquista de Che Guevara e assumiu a linha da colaboração com a política burguesa do terceiro mundismo (países não alinhados).

A tarefa colocada é a defesa revolucionária de Cuba. O que significa estabelecer a democracia operária, como instrumento de ação antiimperialista e controle coletivo da produção e do Estado. Cuba terá de se tornar uma grande trincheira, em que as massas estejam armadas. Esta linha de resistência só pode se desenvolver movida por idéias internacionalistas da revolução mundial, da qual faz parte a revolução proletária latino-americana e a revolução política no Leste Europeu.

Não se pode defender Cuba com a política do nacionalismo estalinista, que se troca em socialdemocrata sob o imperialismo. A bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, fruto da revolução latino-americana encabeçada pelo proletariado, é a estratégia do internacionalismo que responde historicamente pelas conquistas das massas cubanas e de todo proletariado mundial.

O 4o Congresso expôs a decadência do PC e coloca a necessidade de construção do partido da IV Internacional, como condição para dar continuidade à expropriação revolucionária da burguesia e elevar as forças produtivas socialistas.

EM DEFESA DE CUBA Com o Internacionalismo Proletário

Crescem as pressões do imperialismo para que o PC cubano aplique os princípios pró-capitalistas da Perestroika. Desde a Revolução de 59, os EUA vêm tentando destruir as conquistas revolucionárias das massas, que expropriaram o poder econômico e político da oligarquia burguesa e desfecharam um duro golpe no domínio do capital internacional. O fracasso da tentativa de invasão de Cuba por tropas americanas foi um importante acontecimento. Em sua base estiveram as contradições ainda existentes naquele momento (década de 60) entre os interesses da burocracia estalinista e do imperialismo. A crise dos mísseis, envolvendo a União Soviética e EUA, foi a manifestação mais aguda de tais contradições.

Entretanto, o desenvolvimento histórico veio a demonstrar que a casta estalinista se chocou com o imperialismo não por razões do internacionalismo proletário e sim por sua condição de burocracia parasitária do Estado operário (degenerado). Uma vez solucionado o conflito, a política estalinista de coexistência pacífica com a reação capitalista e a orientação de construir o socialismo em países isolados mostram ser os verdadeiros fundamentos da burocracia russa e cubana.

O esgotamento da experiência do socialismo em um só país, num quadro de crise mundial potente, se manifestou com a desintegração da economia estatizada e o consequente desabamento dos PC's estalinistas, incompetentes e corruptos. A linha de coexistência pacífica e paz

mundial do estalinismo se traduziu em capitulação aberta perante a ofensiva recolonizadora do imperialismo. A burocracia governamental do Leste Europeu e da Rússia passou a trabalhar a favor da implantação da economia de mercado em substituição à propriedade estatal (base para o desenvolvimento das forças produtivas socialistas) e a ser um apêndice da investida militarista dos EUA, apoiando a guerra imperialista contra o Iraque.

É neste novo quadro que a burocracia russa, revestida do social-democratismo pró-imperialista, se alinha aos EUA para impor a Cuba a Perestroika. A resistência de Fidel Castro ao isolamento imposto e ao estrangulamento da débil economia cubana é ainda reflexo tardio dos mesmos interesses burocráticos-estatais do velho estalinismo, que se implantou com particularidades nesse país latino-americano. Esta só será mantida enquanto as massas sacrificadas não se rebelarem como na Albânia, em que rapidamente o mais ortodoxo partido estalinista se transformou em social-democrata.

A política internacionalista rechaça a Perestroika, o cerco econômico-financeiro da reação e o intervencionismo norte-americano. Por ser consequente, revolucionária, chama o proletariado a construir o movimento antiimperialista e anticapitalista e defende a formação do partido internacionalista em Cuba, que só pode ser da IV Internacional a ser reconstruída.

Os democratas revelam sua face ditatorial

O presidente da República Russa, Bóris Yeltsin, conseguiu a aprovação no Congresso Soviético de suas principais reivindicações. A proposta de plano econômico aprovada tem como ponto central a privatização de 50% da economia russa em apenas 5 meses. O Plano de Yeltsin não difere do de Gorbachov na essência, pois ambos se colocam no rumo da privatização e da implantação da chamada "economia de mercado" (abertura ao capital imperialista, retorno ao capitalismo). A diferença está nos prazos e métodos para sua execução. Enquanto Gorbachov pretende fazê-lo utilizando-se do aparelho estalinista em desagregação, Yeltsin reivindica amplos poderes para governar por decreto e implantar as mudanças em apenas 5 meses.

Yeltsin conseguiu o que queria. Ganhou amplos poderes para governar por decreto até o fim de 1992. A votação foi de 876 votos contra 16, mostrando a unidade burocrática para reimplantar o capitalismo e pondo por terra a demagogia "democrática": afinal, a URSS terá agora uma ditadura, não dos estalinistas golpistas, mas dos estalinistas democrático-reformistas. Os dois lados de uma mesma moeda.

Os "democratas" estalinistas foram mais além: congelaram (quer dizer cancelaram) as próximas eleições regionais e suspenderam (ou proibiram) as atividades políticas até o fim do próximo ano. E o PC está banido da Rússia presidida por Yeltsin.

A nova ditadura vai criando condições para impor todos os pontos de seu programa de restauração capitalista. Pretende liberar os preços até o final do ano, eliminar subsídios às estatais, autorizar a compra e venda de terras (que permitirá a volta da especulação e da acumulação capitalistas), estímulo aos investimentos estrangeiros, etc.

As consequências imediatas dessas propostas já estão se fazendo sentir pelo povo soviético: cresce a carência com a elevação violenta dos preços dos alimentos. As medidas ditatoriais visam a reprimir qualquer tentativa de manifestação das massas contra os ataques às suas condições de vida.

Nenhuma das variantes do estalinismo será capaz de tirar o país da crise atual. Ao contrário, todas elas, com maior ou menor velocidade, levam à restauração capitalista, ou seja, ao retorno à exploração de classe. As massas cabe realizar a revolução política, para varrer com os ditadores burocratas e reestabelecer o controle operário sobre a economia e o Estado (ditadura proletária), que restabeleça a democracia soviética, preserve as conquistas da Revolução Russa e impulse a revolução mundial. Para isso é fundamental a construção do Partido Revolucionário.

A REVOLUÇÃO TRAÍDA

A Revolução Traída foi escrita em 1936, por Leon Trotsky, para combater os desvios teóricos e práticos da ditadura burocrática de Josef Stálin, que rompia com os princípios marxistas-leninistas da Revolução Russa. A concepção de Stálin da construção do "socialismo num só país", formulada em 1924, se contrapunha frontalmente ao internacionalismo proletário, cujo conteúdo permitiu a Lênin subordinar a vitória completa da revolução proletária russa ao desenvolvimento da revolução socialista, em uma primeira fase, nos países capitalistas da Europa.

Sob a base do internacionalismo proletário, que implicava numa política internacional revolucionária do Estado operário nascente, como de fato ocorreu nos primeiros anos da III Internacional (até 1921), Lênin previa a possibilidade de retrocesso da Revolução, caso o proletariado internacional não avançasse na derrota do capitalismo fora das fronteiras russas. Trotsky condena a teoria do socialismo em um só país justamente por colocar a economia estatizada, num país atrasado, sob a dependência da economia capitalista mundial altamente desenvolvida.

O isolamento da Rússia fatalmente conduziria ao sufocamento de suas forças produtivas por mais desenvolvimento que alcançasse em virtude das vantagens da estatização e do planejamento centralizado. Por essa análise, Trotsky assinala o papel reacionário da burocracia estalinista e demonstra as

contradições estabelecidas entre esta, que tem o manejo do Estado Operário (degenerado), e as forças produtivas estatizadas.

Desmascara a farsa estalinista de que o socialismo já havia sido implantado na Rússia, demonstrando, através do marxismo, que o socialismo como etapa inicial do comunismo (um sistema internacional altamente coletivizado e infinitamente superior ao capitalismo) se caracteriza por já ter superado a mais desenvolvida economia capitalista (o imperialismo). Não é o que se passava com a Rússia soviética.

Assim qualificava Trotsky: "É, pois, mais exato chamar ao regime atual soviético, com todas suas contradições, não SOCIALISTA, mas sim TRANSITÓRIO entre o capitalismo e o socialismo ou PREPARATÓRIO do socialismo." Para que esta transição pudesse avançar dependia de um grande desenvolvimento das forças produtivas, o que não poderia ocorrer nas fronteiras isoladas da Rússia, ou seja, fora da revolução mundial.

Hoje, quando a Rússia expõe seu infinito atraso perante a economia imperialista, quando regride suas forças produtivas, quando ela está mergulhada numa crise de grandes proporções, a análise materialista histórica de Trotsky mostra sua razão e confirma a previsão de que o estalinismo a conduziria à restauração capitalista. Consuma-se a traição da revolução com a Perestroika de Gorbachov.

CONTINUA A PERSEGUIÇÃO A GUILLERMO LORA E AO POR BOLIVIANO

Como demos conta no Massas de nr. 50, o empresário Max Fernández (supostamente apolítico) empreendeu a perseguição a Guillermo Lora pelas declarações públicas deste, que desvendam o caráter sanguessuga e explorador do empresário cervejeiro.

Max Fernández, suspeito também de vínculos com o narcotráfico, utilizou-

se da compra de juizes e funcionários para alcançar seu objetivo de encarcerar Lora.

Mas além da liberdade provisória do velho revolucionário, conseguida com a mobilização, a luta claramente política, que Fernández quer transformar em um problema penal continua.

Como assinalamos no Massas anterior, neste fato se

concentra a polarização de classe da situação política boliviana. De um lado, a burguesia mais concentrada, que vendo esgotada a credibilidade de seus representantes políticos, tem que apostar na ocupação física do poder. Do outro lado, o líder do partido que encarna a tradição e a luta pela ditadura do proletariado.

Nossa organização cha-

ma aos organismos de direitos humanos, partidos políticos, agrupações sindicais e estudantis, a pronunciar-se contra esta perseguição, e por uma plena vigência das liberdades democráticas na Bolívia.

(Extraído do jornal Massas argentino n. 51 de 11.10.91)